



Só faz fé a versão efetivamente proferida

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA CIDADANIA ATIVA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
- 25 DE JANEIRO DE 2017 -

Exmo. Sr. Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr.
Artur Santos Silva,

Excelências,

Distintos Oradores e Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Gostaria de frisar, em primeiro lugar, o prazer que é para mim poder comparecer hoje aqui neste Seminário de Encerramento do Programa Cidadania Ativa.

Agradeço assim à Fundação Gulbenkian, na pessoa do seu Presidente, o gentil convite que me endereçou.

Infelizmente, por razões de agenda, não pude assistir à totalidade dos trabalhos, mas tenho a certeza que foram enriquecedores e produtivos para todos os que os integraram.



Minhas Senhoras e Meus Senhores

Não será novidade para nenhum de nós a afirmação de que vivemos num Mundo crescentemente complexo em que, a par de um fulgor tecnológico e de um grau de interligação inusitado na história da Humanidade, nos defrontamos com desafios também eles cada vez mais globais e multifacetados.

Somos assim convocados a procurar soluções inovadoras que implicam o forjar de novas parcerias entre todos os atores, públicos e privados, nacionais e internacionais.

Estes desafios com que nos deparamos são de todos conhecidos - o acesso aos bens públicos globais, os fluxos migratórios, as alterações climáticas, as ameaças terroristas, a sustentabilidade energética ou a segurança alimentar, entre tantos outros – e a sua escala supera a capacidade de intervenção dos Estados.

Necessitamos, por isso, de novas respostas, que nos permitam responder à mutabilidade da realidade mundial com novas arquiteturas de articulação e cooperação, nos planos interno e externo.



Neste domínio, o reconhecimento do papel essencial desempenhado pela sociedade civil e, conseqüentemente, a sua inclusão enquanto parceiro privilegiado dos atores públicos, é uma constatação incontornável.

O Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) ilustra bem a compreensão da necessidade destas novas abordagens. Congregando os recursos financeiros de diferentes Estados, este mecanismo teve em Portugal materialização sob a forma do Programa Cidadania Ativa.

Gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian e concebido enquanto instrumento de apoio às Organizações Não-Governamentais, o Programa Cidadania Ativa é um bom exemplo desta articulação multifacetada de atores distintos cuja intervenção se complementa.

Os projetos apoiados pelo programa tocaram áreas centrais da intervenção cívica: a promoção da participação de ONG na conceção e implementação de políticas públicas, o reforço da eficácia da atuação daquelas organizações, o apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens, e a promoção dos valores democráticos, incluindo a defesa dos Direitos Humanos.



Esta última área em particular é-me especialmente cara pois, nas minhas vestes institucionais de Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos, tenho dado seguimento ao trabalho desenvolvido no Ministério dos Negócios Estrangeiros de estímulo à participação da sociedade civil nos trabalhos da Comissão, reconhecendo o mérito dos seus contributos.

Também o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, tendo em consideração a sua missão no domínio da Educação para o Desenvolvimento, viu no Programa Cidadania Ativa uma oportunidade de promover as questões do desenvolvimento, no quadro da concretização do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

O Programa Cidadania Ativa financiou, aliás, diversos projetos no domínio da Educação para o Desenvolvimento, tendo uma parte das suas iniciativas contribuído para o reforço e capacitação das ONGD parceiras da Cooperação Portuguesa.

Este é, indubitavelmente, um resultado positivo e assinalável do Programa, em benefício da política pública de cooperação de Portugal.



Deixo assim a minha nota de reconhecimento a todos os parceiros envolvidos neste processo: aos Estados financiadores - Islândia, Liechtenstein, Noruega - à Fundação Gulbenkian, e a todas as demais entidades que a ele se associaram.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Também numa das minhas áreas prioritárias de intervenção – a cooperação para o desenvolvimento – assistimos recentemente a uma mudança essencial de paradigma.

No final do ano de 2015 pudemos testemunhar a adoção de três instrumentos internacionais que guiarão de forma determinante a conduta da comunidade internacional nas próximas décadas - a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris no domínio das Alterações Climáticas, e a Agenda de Ação de Adis Abeba sobre o Financiamento para o Desenvolvimento.

Reconhecendo a escala e a complexidade dos desafios que há pouco enunciei, estes instrumentos convocam à ação não apenas os Estados e as Organizações Internacionais mas todos os agentes, públicos e privados, locais, regionais ou globais.



É por isso essencial promover uma cada vez maior coordenação e complementaridade entre os atores nacionais, estatais e não estatais que atuam na área da cooperação para o desenvolvimento.

Neste âmbito, as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) têm um papel fundamental a desempenhar, fruto da sua experiência no terreno e das suas competências técnicas nos mais diversos domínios.

O trabalho conjunto com as ONGD portuguesas tem sido aprofundado através de instrumentos concretos, tais como as linhas de financiamento do Camões, IP, para projetos de desenvolvimento e projetos de educação para o desenvolvimento.

As ONGD são, sem dúvida, parceiros-chave do Estado e interlocutores privilegiados na reflexão e debate sobre as políticas públicas.

A importância atribuída às ONGD e ao seu trabalho está de resto bem patente na decisão, já anunciada, de se reforçar o financiamento do Camões, IP, para a Linha de Educação para Desenvolvimento, que passará, em 2017, de 500 mil para 700 mil euros, e a Linha de Projetos de Desenvolvimento, que passará de 1,5 milhões para 1,7 milhões de euros.



A par deste reforço será ainda criada uma terceira linha para iniciativas conexas com conferências, seminários ou eventos relacionados com a cooperação para o desenvolvimento.

Estas linhas de cofinanciamento destinam-se a contribuir para uma maior capacidade de intervenção e diversificação temática e geográfica das nossas ONGD, apostando em princípios de ainda maior transparência, e procurando fomentar parcerias entre elas nos projetos a desenvolver.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Retomo o fio orientador desta minha intervenção – num Mundo mais complexo e em rápida mutação os desafios com que nos deparamos são também eles evolutivos.

Perante a crescente escala teremos de responder com sinergias e internacionalização; perante a crescente complexidade teremos de responder com articulação com parceiros experientes e especialmente qualificados; perante os crescentes custos teremos de responder com formas criativas de cofinanciamento; perante problemas que são de todos teremos de responder com maior envolvimento e participação cívica.



O conceito de responsabilidade social, no plano individual ou institucional, encerra em si mesmo um imperativo comportamental, e constitui certamente um dos nossos mais decisivos instrumentos na criação de uma sociedade mais harmoniosa e justa e de uma economia mais sustentável.

Saúdo assim uma vez mais esta iniciativa, ciente de que programas como este - e debates como o de hoje - contribuem para reforçar paulatina mas irreversivelmente a parceria estratégica entre a sociedade civil e os Estados, numa conjugação de esforços, de ideias e de vontades.

Muito obrigada.

Teresa Ribeiro

Secretária de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação